

A reforma do Ensino Médio e as práticas discursivas neoliberais como instrumentos de subjetivação: o caso dos Documentos Curriculares do Centro-Oeste

High School reform and neoliberal discursive practices as instruments of subjectivation: Brazil's Midwest States Curriculum Documents case

Danielle Araújo F. Marques
Governo de Mato Grosso
Rondonópolis-MT-Brasil
João Ferreira de Oliveira
Universidade Federal de Goiás (UFG)
Goiânia-GO-Brasil

Resumo

A atual configuração da sociedade é marcada por uma racionalidade e governamentalidade neoliberal que atravessa os instrumentos utilizados na execução das políticas educacionais. É neste sentido que precisa ser discutida a reforma do Ensino Médio (EM) e os instrumentos que a efetivaram, como a Lei n. 13415/2017, a Base Nacional Comum Curricular (2018) e os Documentos Curriculares (DC) propostos pelos estados. Este artigo, resultado de pesquisa bibliográfica e documental, objetiva trazer alguns aspectos de análise dos DC dos estados da região Centro-Oeste e do Distrito Federal, com o uso da metodologia da Análise Crítica do Discurso (Fairclough, 2016), destacando os efeitos discursivos e nefastos na produção de uma subjetividade inscrita no neoliberalismo, que podem ser enfrentados por meio da promoção de uma maior consciência linguística (Fairclough, 2016).

Palavras-chave: Reforma do Ensino Médio; BNCC-EM; Documentos Curriculares; Governamentalidade neoliberal; Subjetividade.

Abstract

The current configuration of society is marked by neoliberal rationality and governmentality that crosses the instruments used in the execution of educational policies. The reform of Secondary Education and the instruments that implemented it, such as Law no. 13415/2017, the High School National Common Curricular Base (2018) and the Curricular Documents proposed by the states, need to be discussed through this comprehension. This article, resulting of bibliographical and documentary research, aims to bring some aspects of analysis of the Curriculum Documents produced by Brazil's Midwest states and by Federal District, through the use of Critical Discourse Analysis (Fairclough, 2016), highlighting the discursive and harmful effects in the production of a neoliberal subjectivity, which can be faced by the promotion of linguistic awareness (Fairclough, 2016).

Key words: High School reform; High School Common Curriculum bases; Curriculum Documents; Neoliberal governmentality; Subjectivity.

Introdução

A sociedade contemporânea é cada vez mais marcada por uma racionalidade e governamentalidade neoliberal que atravessa todas as esferas da existência humana. Observa-se que está em curso um processo de neoliberalização dos indivíduos, ou melhor, ações orientadas para o fim de manipular e direcionar as vontades, os interesses, a consciência, enfim, as subjetividades. A racionalidade governamental ou governamentalidade implica cada vez mais a formação de um homem neoliberal, que, para ser efetiva, precisa ser internalizada, a ponto de guiar os modos de pensar, ser e agir dos indivíduos na direção da instrumentalização para o cálculo econômico, como decorrência dos méritos, dos esforços, das competências e da capacidade empreendedora na “grande empresa” sociedade de livre mercado.

Faz-se necessário, nesse contexto, refletir sobre os discursos difundidos por meio dos instrumentos utilizados na execução das políticas, sobretudo educacionais, considerando que eles refletem e produzem determinados modos de subjetivação no processo de formação do homem neoliberal. É neste sentido que precisa ser discutida a reforma do Ensino Médio (EM) e os instrumentos que a efetivaram, como a Lei n. 13415/2017, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC do EM (2018) e os Documentos Curriculares (DC) propostos pelos estados.

Este artigo, resultado de pesquisa bibliográfica, documental e Análise Crítica do Discurso, objetiva trazer alguns aspectos de análise dos DC dos estados da região Centro-Oeste e do Distrito Federal, destacando os efeitos discursivos e nefastos na produção de uma subjetividade inscrita no neoliberalismo.

Governamentalidade neoliberal e suas consequências na formação das subjetividades

A consolidação do neoliberalismo enquanto expressão histórica, diante das contradições em que se assenta e perpetua, necessita do consentimento e assimilação dos sujeitos para se manter como racionalidade incontestável (Dardot; Laval, 2016; Gentili, 2008). O neoliberalismo se exerce, assim, para Gentili (2008, p.223), como:

[...] uma nova ordem cultural voltada para a geração de novas formas de consenso que assegurem e possibilitem a reprodução material e simbólica de sociedades profundamente dualizadas [...] o que não implica em outra coisa que a construção de uma nova desordem (grifos meus).

Para que estas novas formas de consenso sejam, então, construídas, de forma a manter a racionalidade neoliberal como a única considerada possível, a formação de um novo sujeito é requerida. O neoliberalismo, assim, implica a formação de novas subjetividades¹ ou novos modos de subjetivação e esta relação tem sido um dos principais aspectos investigados neste campo de estudos, através de vertentes como a foucaultiana, por autores como Dardot e Laval (Silva *et al*, 2021).

Neste sentido, Veiga-Neto (1999) alerta que, no neoliberalismo, “o jogo jogado a nível da população não se engendraria nem, muito menos, subsistiria se não estivesse se dando, ao mesmo tempo, o jogo jogado a nível do indivíduo” (Veiga-Neto, 1999, s/p).

Os conceitos de saber, controle, disciplina e, principalmente, de poder estão em operação quando se trata, através de Foucault, referência na discussão desenvolvida por Dardot e Laval (2016), de tentar explicar como a subjetividade é forjada e como esta se relaciona com o sistema de governo dos sujeitos. A discussão sobre a formação da subjetividade está, assim, estritamente relacionada com o conceito de governamentalidade, enquanto parte de uma análise filosófica da política desenvolvida por Foucault (Motta, 2006).

Para Foucault (2006), a arte de governar encontra entre os séculos XVI e XVII uma primeira cristalização, quando se organiza em torno do tema da razão do Estado, em oposição às ideias do divino e das leis naturais. A questão estava, à época, em encontrar no próprio Estado e na sua administração as razões e os modos de governo, excluindo-se, neste contexto, explicações mágicas e divinas relacionadas ao ato de governar prevalentes no período anterior.

No século XVIII, a expansão demográfica e a emergência do problema da população causam uma mudança em relação à arte de governo: a economia se recentra em um nível de realidade que se denomina hoje de “econômico”, através do desenvolvimento da ciência do governo; e, ao mesmo tempo, “o problema do governo pôde, enfim, ser pensado, refletido e calculado fora do quadro jurídico da soberania” (Foucault, 2006, p. 298).

Neste contexto, um saber do governo passa a se constituir em associação ao saber de todos os processos e estatísticas que envolvem o surgimento de um novo sujeito, a população, e a arte de governar se institui como uma ciência política.

Esta nova arte de governar, para Foucault (2006), entretanto, não elimina o problema da soberania, mas o torna ainda mais agudo. A soberania sobre o território é deslocada para

uma soberania sobre a população e o olhar do soberano é introjetado em cada sujeito, ao mesmo tempo em que é apagado através de um duplo deslocamento da disciplinaridade: do âmbito religioso para o civil e da perspectiva do indivíduo para a perspectiva da população (Veiga-Neto, 1999).

É importante destacar, então, como Foucault (2006, p.303) compreende o conceito de governamentalidade, abrangendo três aspectos:

Por “governamentalidade”, entendo o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bem específica, bem complexa, de poder, que tem como alvo principal a população, como forma mais importante de saber, a economia política, como instrumento técnico essencial, os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade”, entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não cessou de conduzir, e há muitíssimo tempo, em direção à preeminência desse tipo de saber que se pode chamar de “governo” sobre todos os outros: soberania, disciplina. Isto, por um lado, levou ao desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo e, por outro, ao desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade”, acho que se deveria entender o processo, ou melhor, o resultado do processo pelo qual o Estado de Justiça da Idade Média, tornado nos séculos XV e XVI Estado administrativo, encontrou-se, pouco a pouco, “governamentalizado” (grifos do autor).

Alfredo Veiga-Neto (1999) aponta que o conceito de governamentalidade de Foucault problematiza não mais o governante, mas o Estado, entendido prioritariamente através da explicação de sua razão ou das táticas de governo, ou seja, de uma racionalidade governamental que faz da população seu principal objeto.

Assim, entre as táticas surgidas no contexto da nova lógica neoliberal, está a maximização da liberdade individual, que, junto à exacerbação do individualismo, são corolários da passagem do “governo da sociedade” para o “governo dos sujeitos”, em que estes possuiriam naturalmente a faculdade de escolher o melhor para si, anterior a qualquer determinação social, conforme analisa Veiga-Neto (1999, s/p):

Assim como sob a lógica liberal cada um é, ao mesmo tempo, réu e juiz, ovelha e pastor, sob a lógica neoliberal há um deslocamento: cada um é, simultaneamente, alvo (das múltiplas interpelações) e experto (supostamente sabedor do que lhe convém). [...] É dessa combinação inextrincável entre sujeição e expertise que vem a ilusão de que cada um é capaz de dirigir ativa e racionalmente suas escolhas; em outras palavras, a ilusão de que as escolhas pessoais são mesmo pessoais. Essa ilusão não é de natureza propriamente ideológica. Ela não decorre de uma suposta artimanha da lógica neoliberal, mas sim da própria ambivalência que a liberdade assume no neoliberalismo.

É interessante, assim, observar a relação estabelecida entre as categorias de liberdade e escolha. No contexto do neoliberalismo, estes dois conceitos são de extrema importância e merecem uma análise minuciosa e é nesta tarefa que se debruçam Silva et al (2021) ao discutir as matrizes psicológicas da episteme neoliberal presentes nos discursos que trazem, por exemplo, as noções de liberdade e de escolha.

Nesta discussão, Silva et al (2021) destacam que as análises neoliberais sobre a noção de escolha² assumem uma noção opaca de sujeito, em que este aparece como “autorreferenciado”. Para os autores, a natureza revelada por esta abordagem econômica, sustentada pela máxima liberal conhecida por “TINA” (*there is no alternative*), tem como efeitos políticos o monopólio de uma visão de sujeito que exerce uma forma individualizada e silenciosa de poder e que “concebe uma forma específica de alienação [...] que encobre a submissão passiva do sujeito ‘ao conjunto de escolhas possíveis’ e à inescapabilidade de se produzir nessas escolhas”, pois “o controle desse ‘conjunto de escolhas possíveis’ jamais está à mão dos sujeitos supostamente livres” (Silva et al, 2021, p. 115).

O empreendedorismo aparece, neste contexto de autonomia de escolha, como modo do governo de si e parte, também, deste conjunto de táticas da estratégia neoliberal, que visa “à instauração de novas condições políticas, a modificação das regras de funcionamento econômico e a alteração das relações sociais” (Dardot; Laval, 2016, p. 191).

Esta estratégia, no entanto, não está inscrita, para Dardot e Laval (2016), em um projeto formalmente elaborado ou em termos de um “complô”, mas é parte de práticas que se multiplicam e se generalizam até formarem uma racionalidade única, o que também não implica dizer que não haja interesses de diferentes grupos em sua manutenção.

O neoliberalismo, dessa forma, não provocou apenas mudanças no funcionamento do Estado, mas implicou e continua a implicar uma remodelação da subjetividade ou a construção de uma “subjetivação contábil e financeira” (Dardot; Laval, 2016, p. 31) e uma mudança profunda na “forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos” (Dardot; Laval, 2016, p. 16). Os indivíduos são, assim, instados a conceber a si mesmos como uma empresa, imersos em valores, tornados positivos, ligados à competitividade generalizada e ao autogoverno.

Para Dardot e Laval (2016), a legitimação da norma neoliberal exigiu, desta maneira, não apenas a conversão dos espíritos, mas também uma mudança comportamental a partir

de técnicas e dispositivos de disciplina. Finalmente, a instauração desta racionalidade geral se impôs “como único quadro de inteligibilidade da conduta humana” (Dardot; Laval, 2016, p. 193).

O neoliberalismo, assim, utiliza-se de categorias morais e psicológicas em seu discurso como pressupostos silenciosos da ação econômica, constituindo-se em “uma forma de gestão psíquica, de produção de figuras da subjetividade com seus padrões de ação e, principalmente, de sofrimento” (Safatle; Dunker; Silva Júnior, 2021, p. 10).

Safatle (2018), ao discutir o conceito de patologia social, faz interessantes reflexões sobre a compreensão das sociedades enquanto sistemas de produção e gestão de patologias e, em maior dimensão, de reprodução social de afetos. Segundo o autor:

Socializamos sujeitos, entre outras coisas, ao fazer com que eles internalizem modos de inscrever seus sofrimentos, seus “desvios” e descontentamentos em quadros clínicos socialmente reconhecidos. Não se socializa apenas levando sujeitos a internalizarem disposições normativas positivas, mas principalmente ao lhes fornecer uma gramática social do sofrimento [...] Não se socializa apenas através da enunciação da regra, mas principalmente através da gestão das margens (Safatle, 2018, p. 9, grifos do autor).

Para Safatle (2018, p.27), assim como durante o fascismo, tendências de segregação inerentes às democracias ocidentais

[...] precisariam mobilizar também categorias psicológicas para dar conta da maneira como experiências políticas podem gerir estruturas psíquicas e se enraizar em dimensões nas quais as ações não são motivadas apenas por cálculos de maximização de interesses ou de crença política, mas também por circuitos inconscientes de afeto.

Dessa maneira, as formas com que os sujeitos interiorizam o contexto social e reproduzem socialmente estes afetos são também engendradas pelos discursos que os circundam, inclusive pelos discursos médicos e psicológicos que enquadram o “normal” e os desvios. As expectativas sociais em relação aos modos de agir e de sentir dos sujeitos direcionam estes afetos e, portanto, classificam o que pode ser considerado normal ou desviante.

Nesse sentido, Dunker *et al* (2021), tratando da psicologia neoliberal brasileira, falam sobre a mutação do sofrimento no trabalho ocorrida nas últimas décadas no Brasil. Para os autores, a Constituição Federal de 1988 expressava um liberalismo que representava a

proteção ou a limitação do sofrimento do trabalhador. O neoliberalismo, diferentemente, define-se pela gestão desse sofrimento, baseado na sua administração controlada:

A psicologia da gestão neoliberal do sofrimento envolve cultivar a sobriedade de um **monge executivo**, capaz de distanciamento e desafetação calculada, mas também a disciplina das **sete leis espirituais do sucesso**. Enquanto a depressão emergia como narrativa hegemônica de sofrimento, a mania confundia-se com o perfil desejável para a liderança e o autoempreendimento de si (Dunker et al, 2021, p. 247-248, grifos do autor).

Dunker et al (2021, p. 251) advertem, entretanto, que esse discurso neoliberal é persuasivo porque “funciona como uma verdadeira introdução rápida ao discurso da gestão para uma população que se entende crescentemente como de empreendedores”. Para os autores, cria-se:

[...] o efeito de que é possível começar do zero, com um novo vocabulário, cuja graça é a combinação entre significantes intrincados e noções intuitivamente simples. [...] Sua mensagem vai ao essencial para integrar alguém ao universo de produção e consumo neoliberal: module as intensidades de emoção, feche as janelas para o que é desprazeroso e abra as que geram satisfação. Torne-se um líder de si mesmo, alguém que é o verdadeiro senhor e soberano de sua vida. As síndromes propostas, do pensamento acelerado e da existência exteriorizada, simplesmente descrevem as duas gramáticas básicas do sofrimento neoliberal, combinando o empuxo ao aumento de desempenho com hipersocialização (grifos meus).

O mal-estar e o sofrimento decorrentes da ordem neoliberal são camuflados, portanto, por um discurso que busca a sua própria gestão. O sujeito abandonado pelo Estado, pelas políticas públicas e pela coletividade, é, agora, adjetivado e incentivado a ser “empreendedor” ou “protagonista”; o desgaste cotidiano diante das barreiras impostas pela ordem capitalista é renomeado como resiliência e os conceitos de liberdade e de direito são também ressignificados.

Para se naturalizar e se impor como modelo legítimo, a par de todos os efeitos nocivos que causa cada vez de maneira mais acentuada, o neoliberalismo necessita promover, dessa forma, “intervenções diretas na configuração dos conflitos sociais”, mas também, especialmente, “na estrutura psíquica dos indivíduos” (Safatle, 2021, p. 24-25).

Safatle (2021) discute, nesse sentido, uma “economia moral” ligada à gestão neoliberal do sofrimento psíquico. O autor aponta que, paulatinamente, tornou-se cada vez mais comum o uso de um vocabulário ligado a psicologia e a questões de ordem moral no campo da economia:

[...] o império da economia é solidário da transformação do campo social em um campo indexado por algo que poderíamos chamar de “economia moral”, com consequências maiores não exatamente para os modos de produção e circulação de riqueza, mas para a eliminação violenta da esfera do político enquanto espaço efetivo de deliberação e decisão, com a redução da crítica à condição de patologia. Uma eliminação que [...] tem consequências maiores para os modos de sujeição psíquica e sofrimento social (Safatle, 2021, p. 20, grifos do autor).

Para Safatle (2021, p.25), os valores do neoliberalismo se sustentam através do bloqueio do conflito relacionado à regulação da vida social e da utilização de uma psicologia moral e, para que se aprofundem, exigem:

[...] uma destituição completa da gramática do conflito e da contradição objetiva. Ou seja, tratava-se de passar do social ao psíquico e levar sujeitos a não se verem mais como portadores e mobilizadores de conflitos estruturais, mas como operadores de performance [...]. Para tanto, seria necessário que a própria noção de conflito desaparecesse do horizonte de constituição da estrutura psíquica, que uma subjetividade própria a um esportista preocupado com performances se generalizasse, e para isso a mobilização de processos de internalização disciplinar de pressupostos morais era fundamental. Por isso, as modalidades neoliberais de intervenção deveriam se dar em dois níveis, a saber, no nível social e no nível psíquico.

A relação entre o individual e o coletivo é colocada, na perspectiva neoliberal, sob uma ótica que privilegia o indivíduo dissociado da coletividade e do bem comum. As consequências deste processo serão sentidas, entretanto, não apenas no nível coletivo, em sociedade, mas também sobre os próprios sujeitos, individualmente. Ao conceber a ação humana como voltada a interesses individuais, em uma lógica de concorrência, hierarquia e egoísmo, eles são ajustados “plenamente a uma concepção centrada nas escolhas individuais do agente que investe, compra e vende” (Franco *et al*, 2021, p. 56).

Quando internaliza e se submete a lei da valorização do capital, o indivíduo passa a exigir de si mesmo os valores associados ao sucesso no mercado. Franco *et al* (2021, p. 48) apontam que “essa subjetividade ilusoriamente inflada provoca inevitavelmente, no momento de seu absoluto esvaziamento, frustração, angústia associada ao fracasso e autculpabilização”, trazendo em seu corolário a depressão.

Para além desta questão que pode ser vivenciada a nível coletivo, há que se considerar que os sujeitos se inserem em contextos sociais múltiplos e desiguais, com diferentes níveis de acesso ao capital econômico, cultural e social, e, portanto, o impacto dessa racionalidade e subjetivação neoliberal pode ser diferentemente sofrido por determinados grupos sociais.

Neste sentido, cabe discutir os discursos que têm sido difundidos no contexto da reforma do Ensino Médio mais recentemente promovida (Brasil, 2017) e nos instrumentos por elas utilizados para a sua efetivação, como a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC-EM) e, finalmente, os Documentos Curriculares elaborados e colocados em prática pelos estados.

Os Documentos Curriculares do Ensino Médio da região Centro-Oeste como instrumento de subjetivação neoliberal

Em pesquisa que analisou, por meio da Análise Crítica do Discurso (Fairclough, 2016)³, os Documentos Curriculares propostos pelos estados da região Centro-Oeste e pelo Distrito Federal para o Ensino Médio, a partir da aprovação da BNCC-EM (Brasil, 2018), Marques (2023) observou uma frequente defesa da prerrogativa da existência de uma maior amplitude de escolhas dos jovens como argumento e justificativa para a nova organização curricular.

Apesar de esta noção de ‘escolha’ ter sido utilizada em diversos momentos nos documentos para imprimir uma ideia de ampliação de oportunidades para os jovens e, a partir disso, de uma melhoria na qualidade da aprendizagem, recorrentemente foram encontradas sentenças restritivas que demonstravam a fragilidade da argumentação (Marques, 2023).

O Documento Curricular proposto para o Ensino Médio pelo estado de Mato Grosso do Sul (DCEM-MS) expõe um diagnóstico da sua rede educacional, abordando a infraestrutura das escolas e o quantitativo de unidades escolares que ofertam o EM. O documento indica que mais da metade das cidades do estado possuem uma ou duas escolas que ofertam esta etapa de ensino e, então, pondera:

Considerando a implementação da flexibilização curricular, destaca-se a necessidade de se pensar em estratégias específicas para que os municípios, com uma ou duas escolas, tenham condições de proporcionar o direito de escolha dos estudantes. Dessa forma, destaca-se que, conforme os dados expostos, cerca de 30% dos municípios apresentam apenas uma escola e cerca de 24% dos municípios, duas escolas [...] (Mato Grosso do Sul, 2021, p. 30).

Apesar, entretanto, de fazer essa ponderação, o DCEM-MS não indica quais poderiam ser as estratégias a serem utilizadas pelos municípios com até duas escolas que ofertam o Ensino Médio, no sentido de potencializar as oportunidades reais de escolha formativa. Em outro momento, paradoxalmente, o documento afirma:

Os Itinerários Formativos possuem o caráter de aprofundar os conhecimentos dos estudantes e são elaborados a partir das quatro áreas de conhecimento [...]. As possibilidades de arranjos curriculares a partir desses cinco segmentos, suas habilidades e competências permitem abordagens bem amplas e **proporcionam uma vasta combinação de opções para os estudantes**, conforme suas vocações e intenções voltadas para a construção de seu projeto e vida (Mato Grosso do Sul, 2021, p. 78, grifos meus).

No excerto acima, diferentemente de quando problematiza a questão da escolha dos jovens, o documento indica uma “vasta combinação de opções para os estudantes”, sem mencionar as dificuldades daqueles que residem em municípios com no máximo duas escolas que ofertam o EM, caso de mais da metade destes no estado. O DCEM-MS afirma ainda que “as redes de ensino não serão obrigadas a ofertar todos os itinerários; isso será definido por cada instituição segundo as suas condições de funcionamento e oferta” (Mato Grosso do Sul, 2021, p. 78), contrastando, novamente, com o discurso de que existe uma ampla gama de opções aos jovens.

No DCEM-DF, a escolha dos jovens aparece também, em alguns momentos, sem problematizações, como se não houvesse qualquer tipo de restrição ou impedimentos neste processo:

Por sua vez, os IF, como parte diversificada do currículo, são construídos por formações diversas que proporcionam ao estudante fazer escolhas, de acordo com seu Projeto de Vida [...]. (Distrito Federal, 2021, p. 15).
[...] permitindo ao estudante escolhas conforme suas potencialidades, seus interesses e suas necessidades pedagógicas para alcançar fins próprios com desenvoltura na diversidade de relações atuais que se abrem (Distrito Federal, 2021, p. 19).

Em outros momentos, porém, fica implícita a ideia de restrição:

Os Itinerários Formativos [...] têm a finalidade de flexibilizar as formas de oferta dessa etapa e, a partir de arranjos diversificados das unidades curriculares, favorecer as escolhas dos estudantes de acordo com seus interesses e suas necessidades pedagógicas, **dentre as possibilidades de oferta do Sistema de Ensino e de suas instituições educacionais** (Distrito Federal, 2021, p. 16, grifos meus).

No Documento Curricular proposto pelo estado de Mato Grosso para o Ensino Médio (DCEM-MT), os interesses dos estudantes também são restringidos pelas possibilidades de oferta das escolas:

[...] direcionam o currículo para a preparação do estudante não somente para o mercado de trabalho, mas também para o mundo do trabalho e para a continuidade de seus estudos, uma vez que possibilita a oferta de itinerários formativos flexíveis,

diversificados e atualizados, **segundo interesses dos sujeitos e possibilidades das instituições educacionais** (Mato Grosso, 2021, p. 12, grifos meus).

A noção de escolha, portanto, está quase sempre relacionada a um processo de maior “liberdade”, ou seja, indicando que, a partir da nova organização curricular, os jovens poderão escolher sua formação e que essa possibilidade beneficiaria seus processos de aprendizagem. Por outro lado, o conceito aparece, de antemão, restrito ao que é tomado como ‘naturalmente possível’⁴.

Ainda, a ideia de escolha recorrentemente apareceu associada a um processo de responsabilização, ou seja, indicando que, por terem a possibilidade e a capacidade de, agora, fazer suas próprias escolhas, os jovens devem ser responsáveis pelo seu destino social e, conseqüentemente, pelo seu Projeto de Vida:

O conceito de protagonismo se refere à formação de um sujeito ativo, **capaz de tomar decisões e fazer escolhas** embasadas no conhecimento, na reflexão, na consideração de si próprio e do coletivo, favorecendo a mobilização de forças, talentos e potencialidades **para a construção e execução do seu Projeto de Vida** (COSTA; VIEIRA, 2006). (Distrito Federal, 2021, p. 31, grifos meus).

Além dos pressupostos da formação integral e holística para o Ensino Médio, os estudantes devem, também, aprender a **articular e a gerir suas escolhas** baseadas em objetivos e metas concernentes aos seus projetos de vida, refletindo sobre suas ações enquanto cidadãos [...] (Distrito Federal, 2021, p. 32, grifos meus).

O gerenciamento das escolhas aparece, no DCEM-DF, como uma necessidade ou obrigação (acompanhada do verbo ‘dever’⁵) para os estudantes, em uma aproximação com o discurso econômico observada também nos demais documentos. Outros verbos, como administrar, e associações com outros conceitos, como o de competências, foram observados: “As competências socioemocionais ajudam o estudante a administrar suas emoções, conviver com as diferenças e realizar escolhas que façam sentido em sua vida” (Distrito Federal, 2021, p. 38).

No Documento Curricular proposto pelo estado de Goiás para o Ensino Médio (DCEM-GO), a responsabilização dos jovens pelas suas escolhas, também colocadas em um plano estritamente individual, fica ainda mais evidente:

Pensar suas ações visando à capacidade de decidir, produzir, solucionar, é essencial para seu crescimento pessoal, para que o/a jovem responda por suas escolhas e assuma a responsabilidade por suas ações (Goiás, 2021, p. 67).

O/A estudante, considerado sujeito da ação envolve-se, verdadeiramente no processo de seu protagonismo, quando é incitado/a a construir e a assumir responsabilidades [...] (Goiás, 2021, p. 68).

Os dois trechos apresentam a expressão “assumir responsabilidades”. A ideia, portanto, é a de que, a princípio, cada sujeito deve ser responsabilizado pelo seu destino social, já que apenas a ele couberam as “escolhas” feitas.

O DCEM-GO apresenta também uma relação entre as transformações da contemporaneidade e a falta de percepção dos jovens de que são os responsáveis pela sua própria história:

São inequívocas as transformações pelas quais passa o mundo. Essas transformações impactam a vida de muitas pessoas, especialmente dos/das jovens, que são atingidos na sua forma de socialização, na relação que estabelecem com a educação e o trabalho, nos seus modos de vida e nos seus pensamentos. Dessa maneira, muitas vezes, **perdem a noção de que são responsáveis pela sua própria história**, o que pode afetar a percepção de futuro (Goiás, 2021, p. 64, grifos meus).

A defesa, portanto, da tese de que haverá uma ampliação das possibilidades de escolha dos jovens a partir da nova organização curricular proposta para o Ensino Médio e, com esta, uma qualidade maior nos processos de aprendizagem e no desenvolvimento da educação escolar para os jovens, parece estar inscrita em uma tentativa de moldar os sujeitos sociais para, de maneira resignada e resiliente, conformar-se com os lugares que ocupam no campo social e econômico de origem.

A formação de um novo sujeito requerido pela racionalidade e governamentalidade neoliberal prescinde que este consinta, por meio da difusão positiva da ideia (ilusão) de escolha, com os discursos veiculados pelos defensores da atual organização social, ainda que estes impactem negativamente a maior parte dos grupos sociais atingidos.

Dessa forma, o destino social aparece como ‘escolha’, a meritocracia e o individualismo como ‘protagonismo’ e a resiliência e a responsabilização como formas de aceitação das agruras da vida ou de um Projeto de Vida naturalizado como o ‘possível’. Estes conceitos, assim como os discursos que através deles são construídos precisam, portanto, ser objeto de contínua e constante reflexão e questionamento, para que suas reais intenções sejam esclarecidas e possam ser buscados caminhos para a superação das dificuldades que continuam parte do campo educacional brasileiro.

Conhecimento dos mecanismos discursivos e consciência linguística crítica: algumas pistas para se contrapor à subjetivação neoliberal

Pode parecer pessimista declarar a existência de mecanismos e discursos que acabam por reproduzir o contexto desigual e perverso que mantém e aprofunda o sofrimento de grupos sociais historicamente excluídos. Entretanto, para que estes mecanismos e discursos possam ser alterados, é necessário, a princípio, o conhecimento de sua existência e da força com que age, na maioria das vezes, de maneira incontestada pela maioria da população. Não fosse essa força e esse consentimento, estes mecanismos não se manteriam de maneira tão hegemônica, ainda que de maneira velada.

Neste sentido, a política curricular implementada pela BNCC-EM sedimentou as bases reformistas, em um processo de intervenção estatal que buscou não apenas mudanças no plano material, mas, principalmente, no plano simbólico. Os Documentos Curriculares produzidos pelos estados em função da aprovação de uma Base Comum para o Ensino Médio seguiram, no caso aqui analisado, o mesmo caminho, ainda que possam ser apontados movimentos de resistência⁶ (Marques, 2023).

O neoliberalismo e os discursos por ele produzidos não devem, portanto, ser tomados enquanto um destino fatídico, para o qual todos estão condenados. Pensar a promoção de uma educação pública de qualidade social e que busque efetivamente diminuir as desigualdades sociais no contexto brasileiro pressupõe pensá-la como uma prática social constituída, mas também constituinte, ou seja, ainda que reproduza as contradições postas na sociedade, também pode ser criadora e, portanto, permitir a mudança.

Fairclough (2016), nesse sentido, defende a promoção de uma ‘educação linguística’ que busque o exercício de uma “consciência linguística crítica” (CLC) em relação aos processos ideológicos no discurso, de maneira que as pessoas possam identificar os discursos investidos ideologicamente a que são submetidas e, a partir disso, iniciar mudanças em suas próprias práticas discursivas e nas de suas comunidades.

Os intérpretes, para Fairclough (2016), são mais do que sujeitos do discurso: eles são, também, sujeitos sociais e, portanto, possuem experiências sociais particulares que podem afetar os modos como interpretam os textos. Essa potencial leitura crítica por parte dos sujeitos pode, então, desestabilizar a articulação intertextual de um texto, como é o caso da produção dos DCEM a partir do contexto reformista e da BNCC-EM.

Fairclough (2016) também pontua que a democratização do discurso pode ser utilizada, estrategicamente, pelos detentores de poder para simular uma suposta distribuição

equânime de poder entre os diferentes grupos sociais. Esse processo, quando descortinado, entretanto, pode servir como mais um campo de luta ideológica em que aqueles que utilizam de maneira instrumental os discursos, podem ser questionados e, assim, novos discursos sejam produzidos.

Dessa maneira, o discurso neoliberal de que os jovens devem se responsabilizar pelas suas escolhas e ser protagonistas de suas trajetórias pode ser interpretado, por eles mesmos, como uma contradição na prática discursiva entre a sua forma e o seu conteúdo e possibilitar a criação de arenas de luta. Poderá ser possível, assim, construir condições políticas que possibilitem movimentos de mudanças com vistas a dirimir as enormes desigualdades que se apresentam no campo educacional, e mais especificamente, no Ensino Médio brasileiro.

Para isso, devem ser discutidos e fomentados, em diferentes espaços sociais, canais de diálogo com os jovens, mas também com todos os agentes que, direta ou indiretamente, integram o campo das políticas educacionais, de maneira a promover uma maior consciência dos discursos que são produzidos, incorporados e reproduzidos, muitas vezes, de maneira naturalizada e legitimada, ainda que, ao final, causem maior sofrimento aos seus destinatários.

Referências

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2018. 600 p.

CROCHIK, José Leon. Os desafios atuais do estudo da subjetividade na psicologia. **Psicologia USP**, v. 9, n. 2, p. 69-85, 1998.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DISTRITO FEDERAL. **Currículo em movimento do Novo Ensino Médio**. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, DF: 2021.

DUNKER, Christian; PAULON, Clarice; SANCHES, Daniele; LANA, Hugo; LIMA, Rafael Alves; BAZZO, Renata. Para uma arqueologia da psicologia neoliberal brasileira. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian. (Orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Coleção Ditos e Escritos IV. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FRANCO, Fábio; CASTRO, Julio Cesar Lemos de; MANZI, Ronaldo; AFSHAR, Yasmin; SAFATLE, Vladimir. O sujeito e a ordem do mercado: gênese teórica do neoliberalismo. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian. (Orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

GENTILI, Pablo (org.) **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GOIÁS. **Documento Curricular para Goiás Etapa Ensino Médio**. Secretaria de Estado de Educação de Goiás, Goiás: 2021. Disponível em: <https://cee.go.gov.br/files/DOCUMENTOCURRICULAR-PARA-GOIAS-ETAPA-ENSINO-MEDIO.pdf>. Acesso em: 10/5/2022.

MARQUES, Danielle. **Currículo do Ensino Médio, Governamentalidade e Subjetivação Neoliberal: o caso do Centro-Oeste**. Goiânia, 2023. 274p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Goiás.

MATO GROSSO. **Documento de Referência Curricular para Mato Grosso Ensino Médio**. Cuiabá: Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso, 2021. Disponível em: <https://sites.google.com/view/novo-ensino-medio-mt/inicio>. Acesso em: 04/11/2021.

MATO GROSSO DO SUL. **Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul: Ensino Médio e Novo Ensino Médio**. Campo Grande-MS: SED, 2021.

MOTTA, Manoel. Apresentação. In: FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Coleção Ditos e Escritos IV. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

PERONI, Vera; CAETANO, Maria Raquel; ARELARO, Lisete Regina Gomes. BNCC: disputa pela qualidade ou submissão da educação? **RBPAE**, v. 35, n. 1, p. 35-56, 2019.

PRADO FILHO, Kleber; MARTINS, Simone. A subjetividade como objeto da(s) psicologia(s). **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 3, p. 14-19, 2017.

SAFATLE, Vladimir. Introdução. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian. **Patologias do Social: arqueologias do sofrimento psíquico**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2018.

SAFATLE, Vladimir. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian. (Orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SAFATLE, Vladimir; DUNKER, Christian; SILVA JUNIOR, Nelson da. (Orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SILVA, Daniel Pereira da; PESTANA, Heitor; ANDREONI, Leilane; FERRETTI, Marcelo Galleti; FOGAÇA, Márcia Regina; SENHORINI, Mario; SILVA JUNIOR, Nelson da; BEER, Paulo Antônio de Campos; AMBRA, Pedro. Matrizes psicológicas da episteme neoliberal: a análise do conceito de liberdade. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian. (Orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Educação e governamentalidade neoliberal**: novos dispositivos, novas subjetividades. Texto apresentado e discutido no Colóquio Foucault. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta5.13.htm>. Acesso em: 13/10/2021.

Notas

¹ Amplos e diversos são os estudos e discussões que envolvem o conceito da subjetividade, tanto no campo da psicologia como em outros campos, como o filosófico ou o social. Para maior aprofundamento, recomenda-se a leitura de Crochik (1998) e Prado Filho e Martins (2007).

² Neste tema específico, ou seja, a noção de escolha defendida pelos teóricos neoliberais, Silva et al (2021) fazem referência à Gary Becker, pensador neoliberal orientado por Friedman e vencedor do Prêmio Nobel de Economia em 1992.

³ Fairclough (2016) parte de uma concepção de discurso que o considera não apenas reflexo das relações sociais, mas também como constituintes destas relações, ou seja, ele contribui para o modo como os sujeitos se posicionam nos diferentes campos em que transitam. Assim, os enunciados posicionam os sujeitos de formas particulares, tanto aqueles que os produzem quanto aqueles para os quais eles são dirigidos e, “por implicação, as questões de subjetividade, identidade social e domínio do ‘eu’ devem ser do maior interesse nas teorias de discurso e linguagem, e na análise discursiva e linguística”. (Fairclough, 2016, p. 72). O autor propõe um método de análise tridimensional na análise do discurso, contemplando a análise do texto (vocabulário, gramática, coesão, estrutura textual, força do enunciado, coerência, intertextualidade), da prática social (política, ideológica, etc.) e da prática discursiva (produção, distribuição e consumo do texto). Estas dimensões têm suas análises feitas a partir de conceitos importantes para Fairclough (2016), como os conceitos de hegemonia e ideologia.

⁴ Peroni, Caetano e Arelaro (2019) têm chamado atenção em suas pesquisas sobre o contexto da “naturalização do possível”, em que a população brasileira, por ter iniciado mais tardiamente (pós-ditadura) o processo de reivindicação de direitos sociais, acaba por aceitar políticas focalizadas e nem sempre oferecidas pelo poder público.

⁵ A escolha dos verbos, para Fairclough (2016, p. 161), é sempre significativa, pois “marca a força ilocucionária do discurso representado (a natureza da ação realizada na enunciação de uma forma particular de palavras)”.

⁶ Nas análises de Marques (2023), foram observadas, nos DCEM analisados, práticas discursivas que contestam ou que indicam problematizações relacionadas ao discurso hegemônico neoliberal. Ainda que a análise tenha apontado que os DCEM não tenham sido amplamente discutidos com a sociedade, apesar de assim terem sido apresentados, foram também resultados de disputas entre diferentes grupos de agentes que tiveram participação nos seus processos de produção, distribuição e consumo.

Sobre os autores

Danielle Araújo Ferreira Marques

Psicóloga do Governo de Mato Grosso, Doutora em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

E-mail: daniellemarques@setasc.mt.gov.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9357-3742>.

João Ferreira de Oliveira

Doutor (2000) e pós-doutor em Educação pela USP (2010; 2016). É Professor Titular da UFG. É Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1B - CA ED - Educação.

E-mail: joao_ferreira_oliveira@ufg.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4135-6340>.

Recebido em: 12/07/2024

Aceito para publicação em: 27/07/2024